



Ata nº 3

21 de junho de 2016

**ASSEMBLEIA** 

DΑ

MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA

VINTE E UM DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E

## ATA NÚMERO TRÊS

SESSÃO

ORDINÁRIA

DEZASSEIS
Aos vinte e um dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis reuniram, na Biblioteca Municipa Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de
Trabalhos:
1. Informação relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais — Proposta 49/2015/CM;
2. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas 2015 — Municípia — Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;
<ul> <li>3. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal;</li> <li>4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 100/2016/CM, referente à abertura de procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores por tempo indeterminado —</li> </ul>
Bombeiros recrutas e assistentes operacionais;
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 104/2016/CM, referente ao fornecimento de refeições escolares ao abrigo do Acordo Quadro AQ/RC – Entidade de serviços partilhados da Administração Pública – Relatório final e compromissos plurianuais;
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 107/2016/CM, referente à prestação de contas consolidadas – 2015;
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 110/2016/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Tavira – Arraiais dos Santos Populares;
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 115/2016/CM, referente à atribuição de apoios às freguesias do concelho no âmbito das festas tradicionais de verão 2016;
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 118/2016/CM, referente à alienação da participação na Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;



10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número $420/2016/$ CM, referente à
atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e Bons Serviços e Dedicação;
11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 122/2016/CM, referente ao
concurso público para a concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento de duração
limitada da cidade de Tavira;
12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 123/2016/CM, referente à proposta
de alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional na Malhada do Nobre de Cima —
Santa Catarina da Fonte do Bispo;
13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 127/2016/CM, referente à cedência
de imóvel, propriedade do Município, à Freguesia de Cachopo, em regime de comodato;
14. Eleição de cidadão para integrar o Conselho Municipal de Segurança
O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e
uma horas e quinze minutos
Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros
Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos
Manuel Viegas de Sousa, Cristela da Cruz Pereira Martins, Dinis Manuel da Palma Faísca, Filipe Vasques
do Nascimento Neto Lopes, Joaquim José Brandão Pires, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João
Eduardo da Silva Trindade, João Manuel Fonseca Martins, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio
Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia,
Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Nunes Ferreira da Silva, Maria Helena Correia Bartolomeu
Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Otília Martins
Cardeira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves
Diogo, Ricardina Pereira Alcaide Jesus e Sílvia Alexandra Sanches Soares.
O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por
Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva
Os membros Anabela Lourenço Fernandes e Sílvio Edgar Assis Fernandes solicitaram a substituição
tendo sido substituídos por Maria João Teixeira Dias Anjos e João Manuel Fonseca Martins,
respetivamente
O Presidente da Assembleia disse que para iniciarem o período antes da ordem do dia pretendia
informar o público que o secretariado iria passar com as fichas de inscrição para que quem pretendesse
usar da palavra, desde que não se tratasse de assunto agendado para aquela Assembleia conforme
previsto em Regulamento, efetuasse a respetiva inscrição.
Prosseguiu informando que tinha dado entrada na Mesa da Assembleia, em tempo útil, um voto de
pesar pelo falecimento de Jorge Augusto Correia, pelo que passava a palavra ao representante do PS —
Partido Socialista que tinha sido o proponente. O voto de pesar encontra-se anexado à presente ata
como documento número um.



----O Membro José Graça referiu que o PS havia apresentado na sessão anterior um voto de congratulação pela atribuição da medalha de ouro por parte do Ministério da Saúde a Jorge Augusto Correia e que passado pouco mais que uma semana da última sessão tinham sido confrontados com a noticia do seu falecimento. Supunha que não seria necessário efetuarem um grande destaque, um grande historial daquela que tinha sido a sua carreira, vida e obra, pois tratava-se de um cidadão da cidade de Tavira que desde jovem tinha exercido medicina, tendo sido Presidente da Câmara Municipal nos anos cinquenta e sessenta, patrono da Escola Secundária de Tavira e já homenageado pela cidade quer através da perpetuação do seu nome na toponímia do concelho, quer através da entrega da mais alta distinção honorífica do Municipio de Tavira. Era com base naquele conjunto de pressupostos que estavam reunidos no voto de pesar que apresentavam, que convidavam todas as bancadas daquela Assembleia Municipal a se associarem dando conhecimento da deliberação que sobre ele recaísse, quer à família, quer às duas entidades a que tinha ficado indelevelmente ligado na sua carreira como era o caso do Centro de Saúde de Tavira e da Escola Secundária de Tavira. ----Verificando que não existiam intervenções, o Presidente da Assembleia colocou o voto de pesar a votação que foi aprovado por unanimidade. ----Seguidamente colocou à discussão a ata da última sessão da Assembleia Municipal realizada em vinte e oito de abril, que certamente todos tinham recebido. Questionou se algum dos presentes pretendia assinalar alguma questão, que não se verificando, colocou a ata número dois a votação que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava conforme tabela anexa como documento número dois. ----O Membro Artur Sanina referiu que de modo a gerir melhor o seu tempo iria apenas formular uma ou duas questões que os preocupava bem como à população. ----No ano de dois mil e onze, naquela Assembleia Municipal, tinha sido colocada a necessidade de o Sobe e Desce circular até Santa Luzia. Na campanha eleitoral do ano dois mil e treze aquela preocupação tinha sido reiterada. A questão tinha sido novamente discutida na Assembleia Municipal sendo que por parte da Câmara Municipal tinha ficado o compromisso de verificar a possibilidade do percurso do Sobe e Desce poder ser até Santa Luzia. No presente a questão estava novamente a ser levantada visto a população de Santa Luzia se ter dirigido a eles para saber qual o ponto de situação. Especialmente os mais idosos e a população mais carenciada tinham que despender quatro ou cinco euros para se dirigirem ao Centro de Saúde sendo que pensava que a situação começava a tornar-se insustentável. \_\_\_ ----Assim pretendia saber junto da Câmara Municipal quais eram as diligências que tinham sido efetuadas desde o ano de dois mil e onze de modo a alterar aquela situação. ----Outra questão que pretendia colocar não se tratava propriamente de uma pergunta mas antes da manifestação da objeção total sobre o título de utilização privativo ou espaço marítimo, com a finalidade de pesquisa, exploração e produção de hidrocarbonetos quer offshore ou onshore. O BE -Bloco de Esquerda era contra a execução do furo projetado pelo consórcio ENI/GALP que estava





previsto realizar a quarenta e seis quilómetros e quinhentos metros de Aljezur a partir do dia um de junho, bem como o projetado para executar em frente a Faro, no mês de outubro seguinte, tal como outros programados. ----Verificavam que tanto a CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve como os presidentes de junta de freguesia tinham manifestado a sua objeção quanto àquela situação, pelo que também o BE pretendia reiterar o apelo à manifestação, que se ia realizar em Aljezur no dia vinte e cinco seguinte, contra a execução do furo que pretendiam ali abrir. \_\_\_ ----Acrescentou que também tinham sido informados por parte da CI-AMAL sobre a deslocação de um barco que seguia numa rota de Moçambique e que se dirigia para o largo de Aljezur para executar aquela perfuração. ---- O Membro João Carvalho dirigindo-se ao Presidente da Câmara solicitou um último balanço ou o ponto de situação quanto à demora na intervenção da passagem de nível da Porta Nova. Aquela tinha sido uma semana que pensava que todos os dias ali tinham caído pessoas, pelo que gostava de saber realmente qual seria o dia em que poderiam fechar a passagem de nível e iniciar finalmente a intervenção. ----O Presidente da Câmara referiu que quanto à questão do Sobe e Desce até Santa Luzia, tinham-se realizado eleições no ano de dois mil e treze e no programa eleitoral do atual Executivo não constava aquela questão, que apenas tinha constado no primeiro programa eleitoral para o mandato entre o ano dois mil e nove a dois mil e treze. No programa eleitoral para o mandato dois mil e treze a dois mil e dezassete a questão do Sobe e Desce até Santa Luzia não constava do documento escrito, todavia continuavam a desenvolver um trabalho junto da EVA Transportes de modo a que o Sobe e Desce pudesse chegar a Santa Luzia com uma ou duas carreiras diárias. Até à presente data não tinha sido possível chegar a acordo porque a empresa EVA estava reticente em aceitar visto possuir um conjunto de carreiras diárias. Era um trabalho que ainda tinha que ser realizado, que não estava a ser fácil. Pensava que a questão apenas se resolveria quando a CI-AMAL, como pretendiam, viesse a ser a autoridade dos transportes a nível regional, pelo que, provavelmente apenas se solucionaria quando fosse efetuado um concurso para todas as relações entre municípios e freguesias, municípios e município. O assunto estava a ser acompanhado pelo Vereador José Manuel Guerreiro, sendo que a EVA já tinha transmitido claramente que não se justificava que o Sobe e Desce chegasse a Santa Luzia pois caso tal acontecesse teriam que deixar de fazer algumas carreiras para ali. ----Oportunamente teriam que lançar um novo concurso para o Sob e Desce sendo que possivelmente aquela questão se encontraria contemplada como uma medida a adotar, uma ideia não concretizada, mas que presentemente já não tinha a força de constar no programa eleitoral do atual Executivo, continuando contudo, a ser uma ideia. ----Relativamente ao furo ao largo de Aljezur subscrevia inteiramente o que o Membro Artur Sanina

tinha referido e aproveitava para informar que a CI-AMAL tinha constituído advogado para tratamento

Tavisio &

⇔da questão. No dia seguinte terminava o período de consulta pública relativamente ao furo de Aljezur/e a CI-AMAL tinha prestado apoio ao Municipio de Aljezur para a entrega de um documento jurídico de modo a que a própria Câmara pudesse fazer parte da consulta pública dentro do processo que tinham contratualizado com uma equipa de juristas. A EMC - Comércio de Refinados de Petróleo, Ltda. tinha entregado à CI-AMAL um cronograma que previa o furo ao largo de Aljezur a executar pelo consórcio ENI/GALP. Ele tinha tido uma conversa com o Secretário de Estado da Energia que lhe tinha garantido que não iriam ser executados quaisquer furos tendo ele retorquido que poderiam não ser executados quaisquer furos mas certamente que antes do final do ano judicial, o que aconteceria no dia quinze de julho do corrente ano, iriam haver ações judiciais. ----Desconhecia a existência de qualquer embarcação que se dirigia de Moçambique, apenas sabendo o que constava na documentação, no cronograma, onde estava prevista a realização de um furo entre os meses de julho e agosto e de outro em setembro.\_\_ ----Quanto ao referido pelo Membro João Carvalho a intervenção na passagem de nível da Porta Nova já se encontrava consignada, sendo que por vezes os processos não decorriam conforme o desejável. Tinham lançado um primeiro concurso que tinha ficado deserto. Seguidamente tinha sido lançado um segundo concurso no valor de cento e sete mil euros que tinha tido um candidato, a empresa Neopul -Sociedade de Estudos e Construções, S.A., uma das maiores empresas do país e especialista na construção de passagens de nível com piso emborrachado. A Neopul tinha sido a única proposta que tinham recebido com o valor de cerca de noventa mil euros acrescidos de IVA - Imposto sobre o valor acrescentado. Tinham ganho o concurso cujo contrato já tinha sido assinado, do que existia uma fotografia publicada no facebook. Formalmente o ato de consignação representava a entrega da empreitada ao empreiteiro, todavia a Neopul tinha-se recusado a assinar a primeira consignação alegando que o caderno de encargos não correspondia à intervenção que iam realizar, que estava mal elaborado. A Câmara tinha rebatido dizendo que estava correto sendo que com base nos pareceres técnicos e jurídicos sobre a não-aceitação da consignação por parte do empreiteiro, o que tinha implicado troca de correspondência por existir excesso de garantias nos contratos públicos, tinham ameaçado a Neopul que se queixariam da empresa ao IMOPI - Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário já que esta não assumia. Tinham respondido formalmente que não existia qualquer erro por parte da Câmara, que tinham apresentado aquele preço porque tinham querido, tendo-os ameaçados de participar a questão às entidades competentes para a cassação de alvará. A Neopul tinha assinado a consignação há três semanas atrás tendo apresentado mais uma reclamação à Câmara e solicitado mais um mês e meio para encomendar o material, pelo que presentemente decorria o prazo de quatro meses após a consignação para a execução da intervenção. \_\_\_ ---- O Presidente da Câmara concluiu dizendo que a intervenção estava entregue e que o empreiteiro iria concretizá-la estando presentemente a decorrer o prazo de execução. A empresa alegava que a

intervenção se executava em duas ou três semanas sendo que o restante tempo para a encomenda do



material. Outra possibilidade que tinham seria a de fechar a passagem de nível o que não lhe parecia uma boa solução. ---- O Membro João Carvalho sugeriu então que entretanto fosse usado um sistema de vigilância, policia, voluntários, desempregados ou qualquer outra solução que impedisse que as pessoas ali caíssem sistematicamente e se aleijassem, não se tomando apenas uma atitude quando alguém ali falecesse. Não pretendia retirar quaisquer dividendos políticos daquela questão, sendo que não considerava que a culpa fosse do Executivo como afirmava desde o princípio, mas tinham ali um problema gravíssimo que poderia ter consequências fatais, pelo que tinham que tomar uma posição já que era a quem cabia a responsabilidade de proteger os demais. ----Reforçando que não pretendia retirar quaisquer dividendos políticos daquela questão, não pretendendo acusar o Executivo do que quer que fosse, pedia por favor que houvesse ali algum tipo de solução enquanto a questão não se resolvia. Sabia que fechar a passagem de nível afetaria o comércio e algumas dinâmicas que existiam seriam, de alguma forma, afetadas, mas considerava que sendo um período de cerca de um mês e meio, poderia existir alguma forma de poderem ter ali ou a polícia ou alguém que alertasse, nomeadamente os estrangeiros que circulavam de bicicleta. ----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções no período antes da ordem do dia referiu que, sendo aquela longa, e tendo recebido duas inscrições para intervenção do público, porque o Regimento assim o permitia, iriam iniciar o período de intervenção do público passando a palavra ao primeiro cidadão inscrito, o Munícipe Carlos Alberto Nunes.\_\_\_ ---- O Munícipe Carlos Alberto Nunes referiu que aquela era a primeira vez que intervinha na Assembleia Municipal. Como era do conhecimento geral, nomeadamente do Executivo, não tinha votado PS nas últimas eleições, mas não tinha qualquer tipo de problema com o Presidente da Câmara, ou com o Vereador João Pedro Rodrigues, sendo o seu problema com o Vereador José Manuel Guerreiro. ----Tinha trabalhado no parque de campismo da Ilha de Tavira através de um POC - Programa Ocupacional. O parque de campismo presentemente estava muito falado devido ao facto da apresentação do relatório e contas ter sido realizada ao final de um ano, todavia não era um assunto seu mas talvez da bancada da oposição. Tinha muito para dizer sobre o parque de campismo mas não era aquele o assunto que ali tinha ido abordar. \_\_\_ ----Não tinha votado "Jorge Botelho" mas todas as vezes que tinha sido recebido pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador João Pedro Rodrigues nos respetivos gabinetes nunca o tinham expulsado. Há algum tempo tinha acontecido uma situação caricata porque tendo estado internado dois meses no hospital por altura em que se encontrava a exercer funções no parque de campismo pela Câmara Municipal de Tavira, o que era público e do conhecimento do respetivo Vereador do pelouro, em determinada altura ao necessitarem de uma pessoa para carregar pedra tinha sido mandado para aquele serviço. Tinha sempre cumprido com o seu trabalho, nunca falhado mesmo trabalhando treze horas diárias no parque de campismo inclusivamente no período da noite, sem folgas, devido a haver



funcionários que não cumpriam. A administração do parque de campismo, que presentemente ali continuava e com quem já se tinha "trocado de razões", tinha-lhe prometido que no final da época balnear teria direito a um mês, ou seja, devido ao facto da Câmara Municipal não pagar horas extraordinárias, gozaria um mês de férias por compensação. Acontece que não tinha gozado qualquer período tendo antes ido trabalhar para o Parque de Lazer a carregar pedra do que posteriormente tinha havido o entendimento de que afinal não seria para retirar, tendo o Chefe de Divisão, Francisco Carvalho, questionado o porquê da pedra estar a ser retirada. ----Aconteceu que tinha sido internado sendo que a primeira pessoa a ser avisada, no primeiro dia que tinha entrado no hospital psiquiátrico, no hospital de Faro, tinha sido o Vereador José Manuel Guerreiro, seguido de Álvaro Araújo. Passados dois meses ao sair do hospital ainda se encontrava ao serviço da Câmara Municipal porém, conforme lhe tinha sido dito pelo Vereador José Manuel Guerreiro tinham que aguardar o constante no relatório médico. Tinham sido necessárias aguardar duas semanas pela sua receção sendo que ao referir a indicação do médico o Vereador José Manuel Guerreiro tinha interpretado que estava a ser ameaçado. Não compreendia qual era a razão, mas percebia que alguém do Executivo não gostava da frontalidade. Todos falavam no facebook, criticavam a Câmara Municipal ou o Vereador da área, todavia quando era ele a criticar, diziam-lhes que ele sabia quem era o responsável. ----O Presidente da Assembleia pediu que o Munícipe formulasse a questão ao Executivo porque estavam na Assembleia Municipal. \_ ----O Munícipe disse que pedia ao Executivo que após os dois meses que tinha estado internado, possuindo a respetiva documentação médica e não lhe tendo sido pago o respetivo vencimento, cujo recibo de vencimento do mês de maio apenas lhe tinha sido entregue recentemente, que esclarecesse qual a razão por que apenas por solicitar um documento sobre a existência ou não de um processo disciplinar conforme pedido pelo médico, cuja resposta tinha que ser emitida pela entidade patronal e pelo IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, que lhe tinha facultado o documento, o Vereador José Manuel Guerreiro tinha entendido que ele lhe estava a fazer alguma espécie de ameaça e tinha-o expulsado do seu gabinete. ---- O Munícipe Hugo Lopes referiu que apenas se dirigia àquela Assembleia Municipal para colocar uma simples questão. Tinha um projeto para venda de saladas de fruta nas praias que tinha vindo a ser autorizada em todo o Algarve exceto na Ilha de Tavira e praia de Cabanas. Tratava-se de uma questão pública já do conhecimento do Presidente da Câmara e de várias pessoas, pelo que gostava de saber como via a não autorização por parte da Capitânia para a venda de salada de fruta nas praias do concelho da Dieta Mediterrânica e como Tavira podia permitir que aquela situação acontecesse. ---- O Presidente da Câmara referindo-se à última questão disse que conhecia o assunto uma vez que o Munícipe Hugo Lopes já tinha falado com ele a respeito e o que podia dizer era que não concordava com



a decisão do Capitão do Porto em não ter aberto as concessões, todavia não tinha qualquer poder jurisdicional sobre as capitanias já tendo transmitido a sua opinião ao Capitão do Porto. ---- O Munícipe Hugo Lopes tinha uma concessão para venda na praia do Barril que tinha sido aberta, num processo em que os Comandantes, Capitães do Porto, tinham aberto concessões para venda ambulante. O Capitão do Porto não tinha aberto concessões para venda de frutas nas praias da Terra Estreita, Ilha de Tavira e Cabanas, tendo-o apenas efetuado para a praia do Barril. No ano anterior tinha chegado a ver venderem na praia de Cabanas e considerava que era uma boa ideia. Ainda há pouco tempo atrás tinha falado com o Capitão do Porto precisamente sobre aquele tema tendo-lhe sido justificado que não tinha aberto aquela concessão para as praias concessionadas justamente por terem concessões ao que ele tinha argumentado que poderia ter sido aberta para as zonas fora das mesmas, ou seja, não serem vendidas nas zonas das palhotas, mas na zona livre existente. Porém o seu argumento não tinha vingado e o assunto já estava na Comunicação Social. Tratava-se de uma situação para acompanhar sendo que no ano anterior a concessão tinha sido aberta, não concordando ele com a posição atual do Capitão do Porto. Quando a Câmara possuísse a jurisdição sobre o que se vendia ou não nas praias, o Munícipe podia estar certo de que, talvez não nas zonas concessionadas para proteção dos concessionários como referia o Capitão do Porto, mas seguramente poderia vender naquela imensa zona de chapéu-de-sol e em toda a restante extensão. Não concordava com aquela medida não podendo ser mais claro quanto à questão que tanto ele como o Vereador José Manuel Guerreiro já tinham abordado com o Capitão do Porto que era apenas o que podiam fazer.\_\_\_ ----O Munícipe Hugo Lopes solicitou que, se fosse possível, gostaria que a Câmara questionasse o Capitão do Porto no sentido de saber por que razão eram considerados concorrência desleal naquelas três praias e, sendo ele também o Capitão do Porto de Vila Real de Santo António que também superintendia naquelas praias onde existiam mais de vinte concessões, aquela questão não era ----O Presidente da Câmara referiu que iriam formular a questão até porque o Munícipe estava na Assembleia Municipal, porém o período de abertura das concessões já tinha terminado, sendo que os avisos para as três praias até tinham acabado por não abrir o que se tinha apenas verificado para a praia do Barril. ----Relativamente ao Munícipe Carlos Nunes, quando tinha deixado o hospital tinham falado tendo-lhe o Munícipe dito que a Câmara lhe tinha ficado a dever um determinado montante. O que lhe tinha dito tinha sido que não necessitava falar com o Executivo para resolver aquela questão bastando dirigir-se à sessão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Tavira e tratar do assunto, que o informariam se haveria algum valor em divida ou alguma questão relacionada com o IEFP. Relativamente às questões de deve e de haver e das relações com os programas CEI - Contrato Emprego-Inserção, particularmente no caso do Munícipe Carlos Nunes que alegava não ter recebido tudo, esse problema devia de ser tratado entre o próprio e a parte administrativa da Câmara que dispunha de funcionários competentes para o



tratamento daquelas questões sabendo se o programa se encontrava ativo, como tinha decorrido, quais as justificações, as questões médicas, não sendo exigível que o Executivo tratasse daquela documentação porque era o mais linear possível, como acontecia com todos, sendo que a Câmara Municipal no ano anterior tinha chegado a ter entre cinquenta e sessenta CEI. ---- O Presidente da Câmara continuou referindo que não pretendia efetuar grandes comentários quanto à abordagem sobre a conversação com o Vereador José Manuel Guerreiro, porém, e já se conheciam há muito, pretendia dizer que sempre tinha tentado ajudar de alguma forma independentemente de quem quer que fosse ou em quem tivesse votado pois, para si, tal contava muito pouco. Relativamente ao Munícipe Carlos Nunes em particular, já tinha tentado ajudá-lo várias vezes sendo que este nunca lhe tinha ficado a dever nada, sendo o contrário também verdadeiro. Quando se dirigisse à Câmara e necessitasse falar-lhe, estaria sempre disponível na base de uma relação de pessoas que se conheciam há muito, antes mesmo de imaginar que algum dia seria Presidente de Câmara. Já tinham feito campanha eleitoral juntos, já se tinham desentendido dentro do partido, já tinham estado em lados opostos, mas tinham conseguido ter a capacidade de conversar. ----Assim pretendia referir que considerava que o desentendimento com o Vereador José Manuel Guerreiro se tratava mais de uma questão pessoal porque a questão funcional do CEI deveria de ser tratada a outro nível. Era aquilo que pretendia dizer para que o Munícipe não se sentisse de algum modo ostracizado ou de qualquer outro modo semelhante. ----O Munícipe Carlos Nunes acrescentou que após aquele desentendimento o Vereador João Pedro Rodrigues, que tinha ficado com o pelouro, tinha tido a humildade de o chamar. \_\_\_ ----O Presidente da Assembleia pediu ao Munícipe para terminar a sua intervenção por considerar que as questões colocadas já tinham sido todas respondidas. ----Entrando tendo o período da ordem de trabalhos doze pontos acrescido de um ponto aditado, sendo por conseguinte treze pontos, solicitava à Assembleia, desde logo, a possibilidade de efetuarem uma alteração pois, como sabiam, o ponto número dez estava relacionado com a atribuição de medalhas de mérito e bons serviços o que para além de eventualmente gerar alguma discussão, tinha uma votação. Assim, como forma de ganharem tempo porque teria que haver lugar à contagem dos votos, propunha que esse ponto fosse tratado imediatamente a seguir à informação do Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_\_\_ ----Colocou a votação a proposta que tinha acabado de efetuar, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----Passou ao ponto número um da ordem de trabalhos referente à informação quanto à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Proposta 49/2015/CM. ----O Presidente da Câmara disse que, na prática, se tratava de um parecer prévio para poderem autorizar aquelas despesas nos anos subsequentes até ao valor de cem mil euros para assistência técnica a equipamento e servidor de rede. Referia-se a uma aquisição.

municipio o

O Presidente da Assembleia verificando não existirem intervenções passou ao ponto número dois
sobre a apreciação do Relatório de Gestão e Contas 2015 – Municípia – Empresa de Cartografía e
Sistemas de Informação, E.M., S.A
O Presidente da Câmara informou que a Municípia era uma Associação a que a Câmara Municipal
pertencia e que já tinha sido ali deliberado deixarem de ser sócios, o que não estava a ser fácil, pois não
navia interessados na compra das ações que tinham adquirido no ano de dois mil e quatro ou cinco.
Presentemente aquele relatório e contas apresentava resultados positivos mas já tinham havido outros
anos em que os resultados tinham sido negativos o que tinha levado a que a Câmara tivesse que pagar o
défice, os suprimentos dos gestores. Assim, o que pretendiam era deixar de fazer parte
O que estava ali em análise era o relatório e contas do ano de dois mil e quinze que tinha sido
remetido e que não implicava o pagamento de qualquer verba. A Câmara não participava na gestão, não
estavam presentes nas assembleias, nas reuniões, não recebia informação fidedigna, nada os ligava a
não ser a condição de sócio, a qual pretendiam deixar, de uma instituição que gravitava muito à volta da
Câmara de Oeiras e a que, em determinada altura, o anterior Presidente da Câmara tinha resolvido
aderir. Todos os serviços que aquela instituição prestava podiam ser adquiridos no mercado ou mesmo
a própria instituição pelo que não era necessária a condição de sócio com os riscos associados de serem
sócios de algo que não geriam, sendo que, se por exemplo a Associação pretendesse adquirir um avião
obtendo por isso prejuízo, a Câmara teria que pagar o correspondente em função da proporção da
espetiva quota
Terminou reiterando que aquele ponto se referia à apresentação do relatório e contas da Municípia
que era obrigatório apresentar à Assembleia Municipal.
O Presidente da Assembleia passou ao ponto número três referente à apreciação da informação do
Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.
O Presidente da Câmara informou que se tinha realizado um conjunto de eventos desde a
Assembleia Municipal verificada no mês de abril anterior.
No Palácio da Galeria estava a decorrer uma exposição intitulada "Palácio de Espanto" organizada
pela Culturgest.
No Núcleo Museológico Islâmico tinha estado patente até ao dia sete do mês de maio anterior, a
exposição "No Externo do Al-ândaluz: Mértola e o Guadiana" e havia ainda a exposição permanente
"Tavira Islâmica"
Tinha-se realizado mais um conjunto de exposições relacionadas com o "Viva a Primavera" bem
como atividades culturais regulares
Verificou-se mais uma exposição patente no Edifício André Pilarte pelas comemorações do Dia
Mundial dos Arquivos relacionada com a história dos arquivos. A exposição tinha sido composta pelo
enorme espólio de três ilustres famílias tavirenses, bem como três instituições, a Ordem Terceira de
Nossa Senhora do Monte do Carmo, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tavira e o Monte-Pio



Artístico Tavirense que possuíam documentos antiquíssimos que relatavam muito da história de Tavira. Os documentos históricos tinham sido digitalizados e a exposição consistia na exibição desses mesmos ----Tinham-se realizado ainda outras exposições, quer na Biblioteca Álvaro de Campos quer no Edifício André Pilarte. ----Tinham-se mantido os habituais passeios sobre a história de Tavira e Dieta Mediterrânica.\_\_\_ ----O Presidente da Câmara referiu-se ao cartaz dos eventos a partir do dia vinte e três de junho à noite. As ruas encontravam-se enfeitadas, para o que tinha havido um conjunto de pessoas a trabalharem desde há cinco ou seis meses atrás, sendo que a partir da noite de quinta-feira seguinte, pelas vinte e três horas, a Armação do Artista iria apresentar o teatro da Moura Encantada seguido de fogo-deartifício no centro da cidade antes do início dos arraiais. Tinham adquirido entre quinhentos a seiscentos quilos de sardinhas num modelo em que as associações ofereciam as sardinhas, vendendo as bebidas. Os arraiais populares teriam a duração de quatro dias. ----No dia vinte e quatro de junho iria realizar-se uma sessão solene com o hastear da bandeira que teria início às dez horas e trinta minutos. No programa oficial, apesar de existirem muitas intervenções a decorrer, não se iria realizar qualquer inauguração porque as mesmas não estavam terminadas e não ficcionavam inaugurações com intervenções por acabar. Pensavam proceder à inauguração da Rua José Pires Padinha, das Quatro Águas e da Estrada de Santa Luzia a Pedras D'el Rei, sendo que relativamente às duas últimas tinham acordado com o Ministro, que se deslocaria do Porto ao Algarve, no dia quatro de julho, para proceder à inauguração. Quanto à Rua José Pires Padinha como não ficaria concluída até ao próximo dia vinte e quatro de junho seria inaugurada oportunamente quando a intervenção estivesse terminada. \_\_\_ ----O programa do Dia da Cidade seria composto por uma sessão solene naquela Biblioteca, a realizar pelas onze horas, seguida de um interregno para cada um fazer o que entendessem pois o Dia da Cidade era também o dia da família e à noite teriam um concerto de Miguel Araújo a realizar-se na Praça da República. ----Tinha também acontecido o Festival de Gastronomia do Mar e um conjunto de outras atividades como o teatro amador da Casa do Povo da Conceição de Tavira também inserido no programa "Viva a Primavera" e que tinha contado com um conjunto de espetáculos realizados desde o dia dezanove de março. O programa "Viva a Primavera" tinha envolvido quinze associações locais com a exceção do Grupo Coral Ossonóba que tinha apresentado "Cantata Mundi" atuando em três locais distintos. Basicamente aquele programa tinha tido um financiamento entre quarenta e três e quarenta e quatro mil euros sendo que, na prática, as associações culturais do concelho tinham-se organizado, motivado e oferecido um conjunto de programação cultural em Tavira para que os visitantes e tavirenses tivessem praticamente todos os finais de semana uma nova manifestação cultural organizada pelas associações. Considerava que tinha sido uma boa prática de um trabalho coordenado pela Câmara Municipal onde



todos se tinham tratado como iguais e que presentemente constituía as raízes para continuarem a
elaborar um trabalho articulado daquela forma.
Também inserido no "Viva Primavera" tinha-se realizado o Festival Sérgio Mestre e um conjunto de
outras iniciativas das quais destacava a realizada pela Instituição Internacional de Paremiologia,
reconhecida pela UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization pelo grande
trabalho realizado na área da divulgação cultural dos provérbios e que a UNESCO tinha reconhecido
como Clube UNESCO na área dos provérbios. No presente ano a Associação iria realizar, entre os meses
de outubro e novembro, o seu décimo Encontro Internacional de Provérbios
O Presidente da Câmara chamou à atenção para o diapositivo onde se via a fotografia da
comemoração do Dia Nacional do Pescador com a presença do Capitão do Porto e os Vereadores da
Câmara Municipal
As caminhadas continuavam a decorrer sendo que a temporada estava a chegar ao fim com uma
caminhada distrital que se iria realizar no dia vinte e seis seguinte e que seria o encerramento.
Considerava que eram verdadeiramente um sucesso na medida em que tinham cerca de duas mil e
quinhentas pessoas envolvidas naquela atividade pública desportiva, sem pagar, tratando-se de
investimento municipal porque a organização era contratada. Cada vez havia mais participantes sendo
que no ano anterior tinham duas mil e trezentas pessoas passando no corrente ano para cerca de duas
mil e quinhentas o que era relevantíssimo num concelho com cerca de vinte e seis mil habitantes pois
representavam aproximadamente dez por cento da população de todas as idades a realizar atividade
desportiva de modo próprio, voluntariamente, de uma forma organizada nas múltiplas componentes do
programa
Tinha-se realizado um conjunto de iniciativas desportivas, BTT, Futsal e outras.
Passando ao tema de obras e urbanismo, o Presidente da Câmara informou que tinha sido assinado o
contrato para as reparações na EM – Estrada Municipal 397.
A reparação do sistema de águas quentes sanitárias das Piscinas Municipais já estava concluída
Relativamente à beneficiação da estrada de Santa Catarina da Fonte do Bispo já tinha sido
apresentada em Reunião de Câmara uma proposta para a correção dos erros e omissões. O Presidente
da câmara informou que cada vez que por parte dos empreiteiros eram assinalados erros e omissões
tinha que ser apresentada proposta em Reunião de Câmara.
Referindo-se à intervenção de conservação dos edifícios escolares tinham realizado um concurso
relativamente ao qual já tinham assinado contrato. Na prática tratava-se de quatro ou cinco escolas
primárias do Municipio que iriam ser intervencionadas nos seus equipamentos escolares no montante
de cerca de cento e dezassete mil euros, cujas intervenções iriam ser realizadas durante a época de
verão para que as escolas estivessem mais cuidadas no regresso das crianças às aulas.
Quanto às Ermidas quer de São Sebastião quer de Santana, já estavam consignadas e entregues ao
empreiteiro



O Presidente da Câmara referiu-se a uma rua no Mato Santo Espirito, localizada nas traseiras do café, j
que sempre tinha tido problemas de pluviais e cuja situação ia ser resolvida.
Quanto à Rua do Salto e restantes, localizadas no Alto de São Brás, como as ruas Corujeira Grande,
Fumeiros de Trás, Fumeiros de Diante, largos e pracetas, iriam todas ser pavimentadas. Tratavam-se de
dezanove ruas na cidade e duas urbanizações para o que pensava o contrato já tinha sido assinado.
Relativamente à instalação do corrimão na Rua da Corujeira Pequena tinha data de consignação
marcada para o dia catorze de julho.
Presentemente o concurso para a pintura exterior do pavilhão encontrava-se em fase de entrega de
propostas. Existiam dois procedimentos para o pavilhão, um para a pintura externa cuja cor passaria a
cinzento em vez do amarelo atual, sendo que aquela cor tinha sido definida pela arquiteta Estrela
Amaro, e outro, para a instalação de águas quentes cujo fornecimento iria ser todo reformulado pois
pretendiam proceder à automatização do pavilhão. Presentemente a água das piscinas passava para o
pavilhão através de um sistema completamente insano já que a água quente passava por baixo do solo,
pelo que, iria ser colocado um sistema de água quente totalmente novo
Quanto à intervenção no Beliche de Baixo e Portela da Corcha encontrava-se em fase de relatório
final sendo que a empresa escolhida seria a mesma que estava a executar a intervenção nos Cintados
Para as pavimentações da freguesia de Cachopo esperavam obter o visto do Tribunal de Contas a
qualquer momento já que há pouco tempo atrás tinham respondido a uma questão por eles colocada.
A intervenção na muralha do Castelo já tinha contrato assinado e porque por vezes via referencias no
facebook de que nada estava a ser executado, esclarecia que o empreiteiro tinha encomendado o
material para a elaboração dos corrimãos que brevemente seriam instalados.
Existia ainda um conjunto de intervenções das quais destacava as obras de conservação na habitação
social que seriam compostas por pintura e impermeabilização de quinze blocos de habitação social
localizando-se treze na Atalaia, Travessa da Atalaia e Rua de Santo António, e dois na Rua Eduardo
Mansinho junto à Estação de Gasolina da BP uma vez que os restantes blocos daquela zona eram de
cooperativa e não de habitação social.
O Presidente da Câmara continuou informando que a intervenção referente ao segundo contrato da
Ermida de São Roque já se encontrava em fase final.
Tinha sido efetuada uma revisão da intervenção da Rua José Pires Padinha sendo que como já tinha
referido não estaria concluída na totalidade até ao dia vinte e quatro de junho ficando apenas concluída
até ao largo pelo que toda a zona de restaurantes iria estar fechada. Conforme acordado com o
empreiteiro, a intervenção ficaria concluída até ao dia quinze de julho.
A requalificação do antigo edifício da Segurança Social que iria ser a Junta de Freguesia de Tavira
também estava em curso



Estava a decorrer uma intervenção na Fuzeta-Cintados e pensava que as intervenções nos edifícios
de habitação social de Santa Catarina da Fonte do Bispo já se encontravam concluídas. A estabilização
do Talude e a Água dos Fusos resultante do que tinha ardido no incêndio, já estava recomposta
O Quartel de Bombeiros estava a ser reparado, impermeabilizado e pintada a traseira do imóvel
A intervenção do Largo da Eira da Cruz estava praticamente concluída sendo que tinha tido uma
rotura num tubo originando uma nova abertura de vala que brevemente seria fechada. Tinha
conhecimento de que a iluminação pública estava a ser colocada.
A primeira fase das pavimentações da Luz de Tavira e Santo Estevão estava terminada faltando
apenas marcar o piso que já estava todo colocado
Quanto ao alargamento da rede pedonal entre a Conceição e Cabanas, na prática tinham
requalificado a passagem de nível e programado uma segunda fase composta pela intervenção na Rua
da Estação, que fazia parte da Ecovia, e o acerto na passagem hidráulica junto à curva antes do pomar
que seria colocada mais para fora porque a curva cortava um bocado a mais o que tinha originado um
acidente no ano anterior. Assim iriam desviar a curva sendo que a intervenção seria dividida em duas
partes, devido ao verão, estando presentemente a acontecer a primeira fase na Rua da Estação.
No recinto da feira iriam proceder à ampliação das instalações já existentes, melhorando os
sanitários e construindo duas salas que seriam atribuídas em contrato comodato à Associação Onda
Sólida que ficaria responsável pela gestão de todo o espaço.
Quanto às pavimentações dos arruamentos de Tavira já estavam concluídas, tal como o Balcão Único
que apenas necessitava de algumas pequenas correções e mobiliário
Para terminar o Presidente da Câmara mostrou diapositivo com a imagem do cartaz do corrente ano
para o Verão em Tavira cujo arredondado se constituía como imagem de marca e que para o corrente
ano seria de cor beringela. O <i>Verão em Tavira</i> teria uma vasta programação com os concertos de
Rodrigo Leão, Cuca Roseta, os Deolinda e António Zambujo
O Membro Carlos Rodrigues disse que tinha estado a ver com muita atenção a apresentação do
Presidente da Câmara tendo notado que nas intervenções na rede viária não estava qualquer
empreitada contemplada para Santa Luzia apesar de, em tempos não muito longínquos, o Presidente da
Câmara o ter informado da existência de intervenções programadas para Santa Luzia como seria o caso
da pavimentação de ruas. Assim, não tinha visto nada para Santa Luzia mas queria acreditar que iriam
acontecer.
Aproveitava para formular um pedido relativo ao caminho do fundo desde Pedras D'el Rei até ao
supermercado ALDI, ou escola D. Manuel I. Tratava-se de um caminho que já tinha estado em projeto e
com obra no terreno onde existiam algumas dezenas largas de moradores que diariamente reclamavam
na Junta de Freguesia, de verão devido ao pó e de inverno devido à lama. A Junta de Freguesia estava
constantemente a colocar ali Touvenant em cima de Touvenant originando que a estrada estivesse cada





vez mais alta e as bermas cada vez mais baixas ocasionando ali alguns acidentes quando os condutores
se distraiam e colocavam uma roda fora da estrada.
Assim gostava de saber se o projeto que em tempos existia para aquele caminho, que era um
caminho municipal localizado praticamente dentro do perímetro urbano, ainda se mantinha, se iria
continuar em terra batida ou poderia ali ser colocado um pavet, um betuminoso, ou se a Câmara
dispunha de algum estudo ou o projeto para o alcatroamento daquela via
O Presidente da Câmara referiu que existiam concursos a decorrer que não estavam ali apresentados
sendo que os que tinham sido apresentados eram os que se encontravam numa fase de maior
maturação estando para relatório final, contrato ou consignação e outros já concluídos. Assim as
intervenções de que tinha falado ao Presidente da Junta de Freguesia seriam para ser executadas pois
estavam relacionadas com o casco urbano da Freguesia de Santa Luzia sendo que presentemente
também equacionavam o arranjo do Caminho das Trindades nas traseiras do Polidesportivo tendo já
sido solicitada a elaboração do mapa de quantidades e projeto
Presentemente, o projeto mencionado não constituía uma prioridade porque como critério
pretendiam primeiramente arranjar a rede viária já alcatroada e que se encontrava esburacada e se
constituía pelos eixos centrais que durante muitos anos não tinham sido alvo de qualquer intervenção.
Era aquela recuperação que estavam a executar colocando novo betuminosos de modo a recolocarem a
mobilidade adequada dentro da cidade e vilas. Tendo aquele pressuposto como base, tinham mapeado,
sendo que iriam avançar com novos projetos de pavimentações onde poderia ser equacionada a
intervenção mencionada, recuperando projetos antigos, contudo, presentemente o foco era tentar
antecipar intervenções e executá-las o mais rapidamente possível enquanto o petróleo se encontrava a
preços mais ou menos aceitáveis
Para terminar, o Presidente da Câmara disse que como resposta concreta não admitia nem excluía
aquela intervenção pois aquele era um programa que tinha que ser executado sendo que iriam
acrescentando linhas, pelo que o mencionado poderia acontecer, todavia não o podia afirmar no
momento.
O Membro Carlos Rodrigues reiterou que aquela intervenção já se tinha iniciado, partindo de Pedras
D'el Rei, passando por algumas propriedades e parando numa determinada bifurcação. Portanto não se
iniciaria presentemente, sendo antes uma continuação da aplicação dos trezentos ou quatrocentos
metros de alcatrão que já existiam e cuja intervenção estava parada há cerca de nove, dez anos. Tinham
colocado alcatrão e parado sendo aquela a razão que o tinha levado a questionar quanto à intenção de
continuar ou não. Mas estava esclarecido
O Membro João Carvalho referindo-se à conclusão das intervenções da Sociedade Polis pretendia
que o Presidente da Câmara o elucidasse sobre se a primeira fase já tinha terminado, se a segunda fase
estava orcamentada e o que sabia quanto à terceira fase. Gostava de saber com o que poderiam contar



relativamente à exploração dos espaços que existiam e se no verão iria existir algum tipo de bar de apoio nas Quatro Águas. ----Acrescentou que tinha passado nos Cintados e que realmente era conveniente que a empreitada terminasse brevemente uma vez que era impossível circular ali. ----O Presidente da Câmara referiu que não compreendia o que o Membro João Carvalho queria dizer com primeira, segunda e terceira fases. Quanto aos bares de apoio o processo estava a decorrer pela Docapesca - Portos e Lotas, SA considerando ele que os concessionários estavam a ser prejudicados como já o tinha expressado à Docapesca. No dia seguinte ir-se-ia realizar uma reunião na Câmara Municipal de Tavira, pelas dez horas e trinta minutos, com o Conselho de Administração da Docapesca porque esta não lançava as concessões para as entregar aos cidadãos que tinham o direito de preferência, dado ainda não ter recebido a obra que lhes seria entregue formalmente pela Sociedade Polis. Também à Câmara nada tinha sido entregue, nem formalmente inaugurada o que estava marcado com o Ministro para o dia quatro do mês de julho seguinte. Assim, certamente que entre o dia seguinte e o dia quatro de julho algo teria que acontecer. \_\_\_ ----Quanto às fases solicitava que o Membro João Carvalho explicasse o que pretendia dizer. \_\_\_\_ ----O Membro João Carvalho disse que se referia aos cais, de um lado e do outro, Ilha de Tavira, Clube Náutico, Instituto de Socorros a Náufragos que, se não estava enganado, constituíam as fases seguintes. ----O Presidente da Câmara informou que relativamente aos cais, até à quinta-feira seguinte tinham que remeter um conjunto de documentos para o ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., para o Parque Natural da Ria Formosa, pois existia um conjunto de estratégias e intervenções indicadas pela Câmara para serem executadas e onde se incluía os cais. Estavam à procura de fontes de financiamento para a execução dos dois cais, Quatro Águas e Ilha de Tavira, cujo valor rondava os três milhões e duzentos mil euros. Inicialmente estavam equacionados no programa Polis que não iria liquidar pelo que a verba deveria de ser proveniente de algum fundo comunitário e de um protocolo que seria celebrado com o IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., cuja verba que dispunha tinha sido despendida nos cais de Olhão e Fuzeta pelo que quando tinha sido para executar os cais de Tavira já não existia verba disponível não tendo sido possível consegui-la. ----Presentemente estavam à procura de fontes de financiamento, alternativas, como por exemplo candidatar ao programa Mar2020 que era o substituto do PROMAR - Programa Operacional de Pescas 2007-2013, ou ao CRESC 2020 - Programa Operacional do Algarve, ou eventualmente um outro programa que reunisse as condições para candidatar um conjunto de projetos como os cais e o pequeno troço de estrada de acesso às Quatro Águas desde a ponte dos Descobrimentos ao inicio da intervenção executada pela Polis, junto à antiga fábrica, porque a intervenção atual encontrava-se incompleta sendo aquela zona da responsabilidade da Câmara Municipal que, presentemente tinha solicitado parecer à EDP - Energias de Portugal para as luminárias. Seria uma intervenção que não iriam executar no



amunicípio Cavilla
momento mas após o verão por forma a evitarem mais constrangimentos naquela estrada, que após
terminado aquele troço ficaria composta.
A questão encontrava-se espelhada num conjunto de conversações e documentação de modo a se
candidatada em conjunto para o Algarve como projetos estruturantes com financiamento comunitário
Infelizmente desconhecia qual seria o timing mas esperava que acontecesse pois estavam a trabalhar na questão.
Quanto ao ISN - Instituto de Socorros a Náufragos não estava prevista qualquer intervenção naquela:
infraestruturas. Tinham pretendido retirar dali a rampa que tinha ficado sobrelevada e o ISN não tinha
consentido, embora posteriormente se tivessem arrependido pois tinha ficado como se encontrava
presentemente, todavia quando tinham tido que decidir tinham decidido no sentido de nada ser al
executado.
Relativamente ao edifício do Clube Náutico pensava que poderia haver novidades em breve. Aquele
era o bloco C que tinha projeto de execução terminado sendo que tinham solicitado à Polis que passasse
o projeto de execução para a Docapesca de modo a que esta pudesse abrir um concurso de concessão
para a gestão de setenta lugares de amarração com um investimento estimado de cerca de meio milhão .
de euros.
Respondendo diretamente ao Membro João Carvalho, disse que pretendiam que tudo o que tinha
referido fosse executado o mais rapidamente possível pelo que andavam a pressionar o Governo nesse
sentido. O Governo tinha iniciado funções apenas há seis meses e, na prática, quando se verificava a
entrada de um novo Governo existia um conjunto de conversações que já tinham ocorrido
anteriormente que tinham que ser novamente efetuadas. Assim, tudo fariam para que acontecesse o
mais rapidamente possível, que se fosse uma questão de gestão municipal certamente seria mais célere
O que estava a acontecer era que a CI-AMAL, as Câmaras Municipais do Algarve, tinham solicitado que a
administração das frentes ribeirinhas e daquelas zonas territoriais passassem a efetuada pelas Câmara
de modo a poderem controlar os concursos para aquelas zonas. Tratava-se de outro tipo de questão
sobre o que ainda não existia qualquer decisão pelo que tinham que ir trabalhando com as inúmeras
entidades que superintendiam no território porque se tratava de uma zona em que todos mandavan
exceto as Câmaras Municipais.
Verificando não existirem mais questões, o Presidente da Assembleia disse que passariam ao ponto
número dez, que tinham antecipado, e que se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara
Municipal número 120/2016/CM, referente à atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e Bons
Serviços e Dedicação.
O Presidente da Câmara referiu que iria elaborar uma descrição muito sumária das pessoas indicada
que tinham sido votadas e aprovadas em Reunião de Câmara e cuja lista bibliográfica devidamento
esplanada seria elaborada. No presente ano os nomes indicados eram poucos e supunha que todos o
conheciam

----Carlos Alberto Ramos Santos era advogado da praça há cerca de trinta anos, tendo sido Presidente da Assembleia Municipal durante cerca de três anos e meio e uma pessoa conhecida de todos. A atribuição da medalha de mérito grau prata devia-se ao facto de ter sido autarca. ----José Gregório do Carmo tinha pertencido à Comissão Instaladora da Câmara Municipal e sido membro da Assembleia Municipal logo após a instalação, as eleições livres para as autarquias locais. Tinha alguma idade, cerca de oitenta anos, sendo que passava muito tempo no Café Veneza onde era fácil de identificar porque ali estava sempre a ler um livro. \_\_\_ ----Carlos José Fonseca Martins era pintor, artista plástico muito conhecido com quadros famosíssimos. Tinha sido dele o ciclo das Janelas, do Pessoa, do Abstrato e dos Números. Também dava aulas de pintura na loja Artina, frequentadas por muitos. \_\_\_\_ ----João Pedro Viegas, que pensava pelo menos já tivessem ouvido falar, era um jovem que no corrente ano tinha ganho o prémio de melhor chefe de cozinha a nível nacional sendo uma revelação. Presentemente estava a trabalhar com o seu mentor, o Chefe Leonel Pereira, Estrela Michelin, sendo um jovem já consagrado, humilde e trabalhador que estava a trilhar um caminho que considerava também deviam de realçar. ----Joaquim Graça Gorgulho era o proprietário do Restaurante Alcatruz que se consistia como uma das bases gastronómicas do concelho, sendo que, mesmo quando a Dieta Mediterrânica não era conhecida, ou existiam poucos restaurantes de qualidade, o Alcatruz já era uma referência. ----O Centro de Ciência Viva de Tavira tinha vindo a desenvolver um enorme trabalho tendo crescido substancialmente no concelho de Tavira na divulgação da ciência entre as comunidades jovens. Presentemente possuía um quadro de investigadores de Tavira, pequeno mas muito empenhado. No corrente ano comemoravam dez anos e a Câmara Municipal estava a reforçar a componente financeira de cinquenta para setenta e cinco por cento porque a Agência Nacional estava a pretender entregar os Centros de Ciência Viva às Câmaras. Reiterou que se tratavam de dez anos de trabalho, trabalho difícil, numas instalações difíceis mas com muita determinação de uma equipa que presentemente era liderada por Rita Borges. \_\_ ----O Rotary Clube de Tavira tinha cerca de trinta anos de existência sendo atualmente Joaquim Conceição Messias Santos o seu Presidente. O Rotary Clube de Tavira tinha-se vindo a destacar por um conjunto de ações de solidariedade, de bem-fazer, pessoas empenhadas na área social e que, no corrente ano um dos seus ex presidentes, Abílio José Matias Lopes, iria ser o Governador Rotary 1960, ou seja, o representante dos Rotary Clubes de Portugal a baixo de Coimbra, o que consistia o distrito 1960. Para além do trabalho com cerca de trinta anos que destacava, considerava que fazia todo o sentido e era também um orgulho para Tavira ter um Rotary como líder de um distrito Rotary, porque tal não era frequente pelo que considerava que lhes ficaria muito bem pois, de facto, eram trinta anos de trabalho no concelho, multicultural e multiprofissional cuja motivação consistia no auxílio ao outro

que era o que sentia sempre que era convidado a participar nas reuniões.



O Membro João Carvalho disse que não sendo adepto de lutar pelos géneros, lamentava-que com
tantas mulheres que existiam em Tavira não constasse alguma para receber uma medalha. Considerava
que existiam mulheres brilhantes e que, de alguma forma, tinham tido algum relevo de modo a serem
agraciadas. Pensava que se tinha perdido uma oportunidade e, nomeadamente o Grupo Parlamentar
que tinha a maioria, de indicar Elsa Cordeiro para receber uma medalha no corrente ano, uma vez
findado o seu desempenho como Deputada, num período muito difícil, o que julgava que teria ficado
bonito ao PS. Indicava apenas aquele exemplo embora existissem, certamente, muitas mais mulheres
tavirenses que teriam aquela possibilidade.
O Presidente da Câmara referiu que ficava muito bem ao Membro João Carvalho dizer o que tinha
dito todavia tinha havido uma proposta do Executivo, resultante de uma reunião que tinha tido com a
Vereadora Elsa Cordeiro em que, obviamente tinham articulado um conjunto de nomes. Se bem se
recordava da lista da Vereadora também não constavam mulheres.
O que pretendia mencionar era que em momento algum na reunião que tinha referido a Vereadora
Elsa Cordeiro se tinha predisposto a ser indicada até porque ainda continuava no ativo havendo muito
caminho a percorrer.
O Presidente da Assembleia referiu que não haveriam de faltar oportunidades
Mencionou que os membros dispunham dos boletins de voto pelo que solicitava que votassem sendo
que os mesmos seriam recolhidos pelo secretariado que procederia à sua contagem.
Passavam ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal
número 100/2016/CM, referente à abertura de procedimentos concursais para recrutamento de
trabalhadores por tempo indeterminado – Bombeiros recrutas e assistentes operacionais.
O Presidente da Câmara explicou que a proposta se destinava a concretizar o que já tinha sido
aprovado na Assembleia Municipal do mês de dezembro anterior, onde tinham previsto em GOP –
Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal a contratação de dez assistentes operacional para a área
operacional da DATE - Divisão de Aprovisionamento, Trânsito e Equipamentos e seis bombeiros
municipais para refrescamento do corpo de bombeiros que presentemente era composto por trinta e
oito homens e uma mulher
O Membro José Graça disse que mais uma vez gostava de sublinhar em nome do Grupo Parlamentar
do PS o facto de voltarem e ter sido criadas as condições necessárias para a contratação de pessoal no
Município de Tavira mas também de terem criado as condições para que tal fosse possível.
Por outro lado, também pretendia saudar o fim de um período relativamente prolongado, não
apenas para o Município de Tavira, mas para todos os municípios portugueses que estavam impedidos
de contratar recursos humanos. Sabiam que presentemente as Autarquias Locais tinham um conjunto
reforçado de atribuições e competências que por vezes as limitavam e obrigavam a recorrer a
programas operacionais, de inserção profissional dos centros de emprego. Pretendiam deixar aquela



nota de satisfação pelo facto de se ter deixado de verificar aquela situação e também pelo facto do
Municipio ter criado as condições necessárias para que fosse permitida a contratação pública.
O Membro João Carvalho mencionou que cabia às empresas criarem emprego porque quando era o
Estado a criá-los, eram impostos que estavam a ser criados
O Presidente da Câmara referiu que relativamente aos impostos o que estavam a contratar eram seis
bombeiros. Normalmente quando o corpo de bombeiros era pequeno tinham necessidade de pagar
horas extraordinárias cujo custo já era superior ao custo dos seis bombeiros se já estivessem
contratados. Tratava-se de uma despesa boa pois para além de criarem postos de trabalho, reforçavam
a segurança do Municipio de Tavira e refrescavam uma equipa de bombeiros que necessitava de gente
nova que, a não acontecer, seria preferível extingui-los, sendo que ninguém compreenderia se uma
instituição com cento e vinte e oito anos de existência fosse extinta por um ato de péssima gestão.
Tratava-se de história associada a Tavira e necessitava de ser refrescada. Eram àquelas pessoas que
quando todos dormiam e havendo algum problema, inclusivamente nas habitações de Deputados
Municipais, recorriam e, muitas vezes, apenas os que compareciam independentemente da hora.
Relativamente à contratação dos assistentes operacionais eram de opinião que havendo, por
exemplo, a necessidade de pregar um prego, enroscar uma lâmpada, trocar um fio ou reparar um vidro,
não deveriam de recorrer a serviços externos. Tinha havido um tempo em que tudo o que era
necessário era contratado tendo por isso acumulado divida.
Pensavam que era importante que a Câmara Municipal tivesse um grupo de pessoas que soubessem
executar trabalhos manuais, reparações, que soubessem de trabalhos de oficina porque a Câmara era
uma entidade que estava aberta administrativamente entre as nove e as dezassete horas e trinta
minutos mas a verificar-se algum problema a qualquer momento ou a qualquer hora poderiam não ser
apenas os bombeiros a terem que ir porque, por vezes, eram convocados a qualquer hora para
resolverem determinadas situações. Assim, estavam também a contratar assistentes operacionais a
quem pagavam o salário mínimo nacional de modo a não terem que pagar horas extraordinárias e a
refrescar a equipa da Câmara cujos funcionários estavam a ficar envelhecidos enfrentando cada vez
maiores dificuldades para dar resposta às necessidades
Verificando não haver comentários, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi
aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor e uma abstenção.
Passou ao ponto número cinco sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal
número 104/2016/CM, referente ao fornecimento de refeições escolares ao abrigo do Acordo Quadro
AQ/RC — Entidade de serviços partilhados da Administração Pública — Relatório final e compromissos
plurianuais
O Presidente da Câmara informou que se tratava da aquisição das refeições escolares por parte da
Central de Compras do Estado. Assim, era necessário disporem de verba para a repartição de encargos
do concurso final que, na prática, era o fornecimento de alimentação confecionada nas escolas por uma



empresa como já vinha a ser efetuado há alguns anos e cuja empresa vencedora era a mesma que já fornecia aqueles serviços, pelo menos há uns cinco ou seis anos. Tratava-se pois da repartição de encargos para os anos futuros. \_\_\_\_ ---- O Membro Artur Sanina disse que a alimentação era um fator cultural, um elo de ligação entre as pessoas e, presentemente, ninguém duvidava que se tratava de uma alimentação equilibrada, saborosa e confecionada com higiene o que era fundamental para a saúde e o bem-estar. ----A gastronomia mediterrânea era muito rica e variada e os algarvios tinham bem definido aquele lado cultural e em particular a necessidade da escola procurar abastecer-se localmente associando-se assim às características da gastronomia do concelho com a sustentabilidade da produção alimentar. ----A escola tinha responsabilidades sociais na melhoria do comportamento alimentar dos alunos. Os programas escolares contemplavam ensinamentos sobre o que devia de ser entendido por uma alimentação equilibrada e os professores promoviam a crítica quanto à alimentação industrial importando que a cantina da escola pudesse ser exemplar do melhor que a escola podia ensinar, cujo propósito a Câmara Municipal também devería de contribuir. ----Desde sempre que as escolas tinham garantido o funcionamento das suas cantinas e a qualidade da alimentação era controlada diretamente pelos responsáveis. O aumento da escala dentro do Municipio poderia ser desejável, todavia importava conhecer a avaliação, apreciar os contratos e os programas de trabalho subjacentes, nomeadamente quanto à composição das ementas e ao respeito pelo principio da Dieta Mediterrânica que a Câmara Municipal tinha vindo a promover, a origem dos produtos, as condições de confeção, transporte e reaquecimento. ----Num passado recente, uma visão economicista tinha levado anteriores gestões camararias do PSD – Partido Social Democrata, a estabelecer a estratégia do catering para as cantinas escolares, sendo que gostariam que presentemente não acontecesse algo semelhante. \_\_\_ ----O Membro Artur Sanina continuou referindo que a assinatura de um contrato daquela natureza implicaria conhecer em detalhe os parâmetros que os conformavam, ou seja, terem exemplos em que existissem cantinas que eram geridas pelos próprios responsáveis. Fazia parte de um agrupamento escolar em que a cantina era gerida pela própria escola e os produtos eram adquiridos a produtores locais. Existiam vantagens por parte da Câmara na manutenção daquele tipo de contratos, privilegiando os produtos locais a nível do concelho já que a defesa da Dieta Mediterrânica era uma das suas obras ou que procurava defender. Eram aquelas as dúvidas que tinham mas, no entanto, gostava de ouvir a opinião do Presidente da Câmara sobre o facto de ser privilegiada a elaboração daqueles contratos em detrimento dos aspetos que tinha referido. ----O Presidente da Câmara informou que naquele mesmo dia tinha tido uma reunião com a Comissão da Dieta Mediterrânica sendo um dos assuntos que estavam a trabalhar. A Comissão Nacional da Dieta Mediterrânica em Lisboa reunia com muitas pessoas, entidades, sendo os representantes dos Ministérios da Saúde e Educação, as duas entidades mais importantes que tinham conversado sobre a

municipio \*

matéria reconhecendo que não seria fácil transportar os conceitos da Dieta Mediterrânica para os/critérios da alimentação das escolas. Era um trabalho que estava ser desenvolvido a nível nacional para estabelecer orientações sobre os critérios alimentares e a forma de retirarem o açúcar e os polinsaturados. Existia um conjunto de orientações de como devia de ser confecionada a alimentação o nas escolas com um critério na base de uma alimentação que, obviamente tinha como referência a Dieta (Mediterrânica com regras concretas. Certamente que gostaria que alguns dos produtos fossem adquiridos no comércio tradicional, talvez não ao pequeno produtor mas provavelmente ao pequeno grossista, mas desconhecia se tal podia acontecer porque tinham contratado uma empresa, estando estipulado que tinha que confecionar as refeições com produtos frescos e nas instalações da escola. Tinham terminado com a comida que vinha confecionada de fora passando esta a ser confecionada nas duas cozinhas das escolas de Tavira.

----A empresa estava a fornecer as refeições a um euro e treze cêntimos acrescidos de IVA e obviamente que pretendiam que comprassem o mais barato possível e preferencialmente no mercado em Tavira. A Câmara Municipal não tinha condições para fornecer as refeições, o que presentemente ninguém fazia à exceção da Escola Secundária de Tavira. Assim, não era possível incorporar os ensinamentos e os critérios para a gastronomia da Dieta Mediterrânica que de acordo com uma orientação nacional estimava-se e se pretendiam utilizar, estando a ser elaborado um trabalho para que tal acontecesse. A parte final da compra ao produtor local, não podia garantir, podendo antes assegurar que a comida seria confecionada nas próprias escolas. Estava certo de que se existisse um produtor local que apresentasse a sua empresa à ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A. e venda das leguminosas fosse ao preço adequado para eles, certamente que lhe comprariam. Contudo pensava que as empresas não tinham escala não sendo por isso possível venderem a preços mais competitivos. Todavia o que tinha a certeza era que, quer a empresa comprasse localmente ou num grande mercado abastecedor, os produtos tinham que ser frescos e se fossem à escola em um qualquer dia, à cozinha ou ao dispensário, havia hortaliças, batatas, cenouras e outros, todos frescos, como ele próprio tinha tido oportunidade de verificar, sendo aquele o critério que presentemente estavam a seguir e que, num contexto em que ninguém podia contratar, tinham-no conseguido num processo cuja gestão das questões por parte das Câmaras Municipais não era fácil.

----O Presidente da Câmara continuou dizendo que aquela era a explicação que tinha para dar e se o questionassem se aquele concurso respondia às necessidades do presente de modo a que os alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo pudessem comer comida saudável, dizia que respondia pois o nível de reclamações desde que tinham retirado os segundo e terceiros ciclos tinha diminuído consideravelmente, pensando até que não tinham tido qualquer reclamação, o que traduzia o critério de qualidade apertado que tinham cujo controlo era também efetuado pela veterinária da Câmara, por um conjunto de técnicos que elaboravam as análises bacteriológicas à comida e a própria unidade de saúde garantia que a mesma respondia aos padrões estipulados. Quanto à possibilidade de avançarem

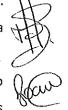


para padrões mais elaborados, para tal necessitavam de algo mais, nomeadamente do envolvimento do
Ministério de Educação na composição da comida que era o que pretendiam e o que integrava uma
proposta de um grupo de trabalho nacional, sobre o que tinham falado naquele mesmo dia. Assim,
teriam que aguardar o desenvolvimento dos acontecimentos.
O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem mais questões, colocou a proposta a
votação que foi aprovada por unanimidade
Referiu que antes de continuarem com a ordem de trabalhos iria apresentar os resultados da votação
do ponto número dez sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número
120/2016/CM, referente à atribuição de Medalhas Municipais de Mérito e Bons Serviços e Dedicação
Relativamente à atribuição da medalha de mérito grau prata os resultados tinham sido os seguinte: _
Carlos Alberto Ramos Santos – aprovada com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções;
José Gregório do Carmo – aprovada com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções;
Quanto à atribuição de medalhas de mérito grau cobre:
Carlos Fonseca Martins – aprovada com vinte e três votos a favor e quatro abstenções;
João Pedro Viegas — aprovada com vinte e quatro votos a favor, duas abstenções e um voto nulo;
Joaquim Gorgulho – aprovada com vinte votos a favor e sete abstenções;
Centro de Ciência Viva — aprovada por unanimidade;
Rotary Club de Tavira – aprovada por vinte e seis votos a favor e um voto contra
O Presidente da Assembleia referiu que passavam ao ponto número seis sobre à apreciação e
votação da proposta da Câmara Municipal número 107/2016/CM, referente à prestação de contas
consolidadas – 2015.
O Presidente da Câmara informou que o documento da prestação de contas era obrigatório tendo
que ser remetido à Inspeção de Finanças e Tribunal de Contas pois era exigida a consolidação das contas
do universo municipal que incluía a TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M. e a EMPET -
Parques Empresariais de Tavira, E.M
Reportando-se às conclusões que constavam na página vinte e três referiu que o grupo Municipio de
Tavira se encontrava consolidado. Todos conheciam a questão da EMPET que estava a ser tratada e no
corrente ano, não tinham tido que injetar qualquer verba nas empresas municipais, como atestado pelo
ROC – Revisor Oficial de Contas na página número vinte e dois do relatório. Ambas tinham atingido
resultados positivos apesar de uma das empresas não ter tido quaisquer vendas o que, nos termos da
Lei, levava à sua dissolução. No corrente ano não tinham tido que efetuar quaisquer suprimentos de
capital às empresas municipais, sendo que o que se tinha verificado tinha sido que as empresas
municipais tinham efetuado um enorme esforço no sentido de reduzirem os custos e a divida.
A divida consolidada do grupo, o ativo do grupo do Municipio de Tavira, era no valor de duzentos e
setenta e um milhões de euros, o que, na parte da TaviraVerde correspondia a cinquenta e um por
cento



----No corrente ano, e apenas num ano, a divida tinha baixado nove virgula trinta e um por cento no que se referia tanto à divida de curto prazo como obviamente às amortizações de capital, juros. Presentemente a divida, totalizava trinta e um milhões de euros dos quais onze milhões eram de divida de curto prazo. ----Tinham obtido um resultado financeiro de um milhão e quinhentos mil euros, e o resultado líquido do exercício tinha sido negativo no valor de dois milhões de euros em função do valor das amortizações que contavam para aqueles cálculos, tendo também obtido um resultado extraordinário positivo no valor de duzentos e vinte e oito mil euros. ----Tinha existido alguma preocupação com o pagamento das dividas de modo a não aumentar a divida do universo municipal pelo que ao longo do ano de dois mil e quinze não se tinham verificado contratações de empréstimos por parte de qualquer das empresas significando que a conta global consolidada faria com que não tivessem necessidade de injetar qualquer capital onde quer que fosse e, obviamente, mais para o final do ano, seguramente que haveria uma decisão quanto à EMPET que seria tratada naquela Assembleia Municipal. ----Para concluir o Presidente da Câmara disse que lhe parecia que tinham obtido um bom resultado consolidado no universo municipal a acompanhar o resultado positivo já obtido pela Câmara Municipal. ----O Membro Artur Sanina disse que tinham alguma dificuldade em analisar economicamente pelo que gostaria de saber se se tinha verificado um aumento da divida de curto prazo, acrescida da integração da EMPET no Municipio. ----O Presidente da Câmara esclareceu que a EMPET ainda não tinha sido dissolvida e que seria se aquela Assembleia assim o deliberasse. ----O Membro Artur Sanina acrescentou que já ali tinha sido discutida a situação entre a Tavira Verde e a Águas do Algarve, S.A. representando o valor de três milhões e trezentos mil euros e que inclusivamente pensava que a própria Câmara Municipal já tinha tomado uma atitude jurídica relativamente àquele montante ou, pelo menos, estaria a tentar esclarecer a questão. Assim a pergunta que pretendia colocar era se existia algum valor mínimo em termos de consumo de água que a Câmara Municipal tivesse que cumprir e que pudesse ter dado origem àquela situação por os valores não terem sido atingidos. \_\_\_ ----O Presidente da Câmara explicou que não existia qualquer mínimo a cumprir sendo que no que se referia ao consumo de água a Câmara Municipal era igual a qualquer outro consumidor liquidando a sua fatura à TaviraVerde em valor proporcional ao consumo, tal como acontecia com as Juntas de Freguesia ou qualquer outro consumidor. ----Até ao ano de dois mil e doze, relativamente à questão dos mínimos que já ali tinha explicado, estava relacionada com a construção da ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais do Almargem, que ao ser construída, tinha-o sido com uma determinada capacidade tendo, no âmbito dos contratos, ficado estabelecido que até completar a capacidade da ETAR do Almargem a Câmara Municipal tinha

que ligar um conjunto de adutores que, até estarem ligados teria que liquidar os mínimos de acordo





com um caudal que nunca se tinha verificado. A questão estava a ser dirimida pois nunca se tendo verificado caudais daquela ordem de grandeza, mal estimados e com infiltrações das salinas porque a água do mar entrava dentro da canalização que não estava em boas condições, existiam razões para que tivessem contestado aquela situação. ----Presentemente já não havia a questão dos mínimos porque tinham executado todas as ligações deixando de existir lagoas, como era o caso de uma lagoa junto ao Hotel Albacora. Tinham procedido às ligações e colocado a tubagem restante de Tavira, para o Almargem, já durante o seu mandato, tendo por isso deixado de existir caudais sem contagem o que eliminava a questão dos mínimos. ----Considerava que aquela questão relativa aos mínimos tinha sido mal calculada, razão porque tinham pensado estar no direito de reclamar e cujo processo já se tinha iniciado antes do seu mandato, pelo Presidente anterior, já sendo um processo de contestação com alguns anos. ----O que tinha acontecido desde a anterior Assembleia Municipal tinha sido que estavam a tentar promover um acordo entre a TaviraVerde e a Águas do Algarve sendo que o Presidente da Câmara tinha comparecido para se tentar aperceber de quais eram as razões de cada uma das partes de modo a que a TaviraVerde pudesse apresentar uma proposta de resolução da questão, como já tinham efetuado, estando presentemente a aguardar a decisão da Águas do Algarve que ainda não tinham recebido uma vez que se verificava uma fase de propostas e contrapropostas, que certamente teria uma conclusão. \_\_\_ ----O Presidente da Câmara continuou referindo que quando chegassem a um acordo os cerca de três milhões de euros que constavam nas contas desapareceriam porque passavam a estar regularizados. Presentemente o TOC - Técnico Oficial de Contas apontava aquele valor como estando em mora, superior a noventa dias, mas tal deixaria de constar porque estando em fase de negociação uma vez alcançado um acordo, a divida terminava. O que pretendiam era reduzir aquele valor, não os três milhões e quinhentos mil euros, mas estavam disponíveis para formalizar um acordo por um valor muitíssimo inferior. A negociação estava a decorrer e esperava que estivesse finalizada até ao final do corrente ano para que o valor que se encontrava constantemente nas contas do Municipio e cuja questão era sempre colocada nas Assembleia Gerais que, no corrente ano, tinha dado origem a que os dividendos tivessem sido indevidamente retirados, não tendo sido pagos em função daquela questão, desaparecesse, Assim era uma questão pendente cuja resolução estavam a tentar acelerar. ----Para concluir disse que a Câmara Municipal não devia qualquer verba à Águas do Algarve, à Algar ou à TaviraVerde porque assim que recebia a fatura procedia de imediato ao pagamento, sendo que era a TaviraVerde que devia aquela verba à Águas do Algarve calculada até noventa dias e que não estava em mora, um valor de trezentos mil euros, que lhe tinha sido transmitido que seriam cerca de quatrocentos mil euros superior a noventa dias. A TaviraVerde possuía um plano de pagamento que compreendia a época baixa e a época alta, sendo que em fevereiro existiam menos pessoas pelo que o valor era inferior sendo a compensação efetuada entre os meses de julho e agosto, quando liquidavam tudo. Era daquele modo que funcionava a gestão do ciclo de caixa.



Terminou referindo que relativamente à Águas do Algarve pensava que chegariam a um
entendimento
O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezoito
votos a favor, oito votos contra e três abstenções
A Membro Muriel Dias disse pretender efetuar uma declaração de voto referindo que a bancada do
PSD tinha votado contra face às reservas constantes que existiam na certificação legal das contas
consolidadas.
O Presidente da Assembleia passou ao ponto número sete da ordem de trabalhos referente à
apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 110/2016/CM, quanto à atribuição de
apoio à Freguesia de Tavira – Arraiais dos Santos Populares
O Presidente da Câmara informou que, na prática, se referia ao facto de terem cedido à Junta de
Freguesia de Tavira o valor de cento e setenta e oito euros de material, papel colorido, algumas
gambiarras e cola, para o arraial popular que a Junta de Freguesia tinha resolvido organizar tendo
solicitado apoio à Câmara Municipal que, por se tratar de uma entidade pública, tinha alí que ser
apresentado e votado
O Membro João Carvalho questionou se era um apoio para a Junta de Freguesia organizar o próprio
arraial ou se seria para distribuir por algumas associações que iriam organizar arraias
O Presidente da Câmara esclareceu que a condição e pressuposto daquela proposta era de que seria
para a Junta de Freguesia organizar o próprio arraial conjuntamente com a Câmara Municipal. Tratava-
se de um apoio atribuído à Junta de Freguesia cujo material era aplicado pela Junta de Freguesia não
sendo cedido a quem quer que fosse até porque também tinham recebido uma proposta da Junta de
Freguesia para ceder o material a um privado e a mesma tinha sido indeferida
A Membro Muriel Dias questionou sobre o facto do apoio já ter sido dado à Junta de Freguesia ao
que o Presidente da Câmara respondeu que tinha sido para as festas de Santo António.
O Membro Dinis Faísca disse que se tratava de um apoio insignificante todavia pensava que seria
bom que aquele tipo de apoios fossem apresentados à Assembleia Municipal antes de serem cedidos
porque quem tinha capacidade de decisão sobre apoiar ou não era a Assembleia Municipal e não a
Câmara Municipal. A Lei também não previa a ratificação de um apoio que já tivesse sido cedido, sendo
que o assunto já em outras situações tinha merecido o parecer da Associação Nacional de Municípios no
sentido em que apenas cabia à Assembleia Municipal deliberar e não ratificar, que era o que no
momento estavam a fazer.
O Presidente da Assembleia disse que não estavam a ratificar mas a aprovar pois caso fosse
reprovado a Junta de Freguesia teria que devolver o material alvo do apoio
O Membro Dinis Faísca disse que já tinham recebido, já tinha saído da tesouraria
O Presidente da Assembleia referiu que tal tinha sido em espécie. Tinha-se realizado uma Assembleia
Municipal no mês de abril anterior e o que tinha acontecido tinha sido que provavelmente a Junta de

emunicípio &

Freguesia, em março, ainda não teria previsto quanto iria gastar em papel para os enfeites de Santo/ António e, considerava que aquela questão não justificaria a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária para a aprovação de cento e setenta e oito euros. Percebia a situação mas também considerava que era uma questão de bom sendo. A verdade era que tal tinha acontecido entre os dias oito e doze de junho e a Assembleia anterior tinha-se realizado em vinte e oito de abril pelo que pensava que ainda ninguém teria ideia de que iria necessitar de gastar dinheiro em papel. ----O Membro José Mateus afirmou que não percebia tanta celeuma por uma verba tão pequena quando a Junta de Freguesia de Tavira tinha apoiado as festas de Santo António com mil e quinhentos euros e, reconhecendo o direito que tinham aos esclarecimentos, quando daquele apoio nada tinham questionado. ---- O Presidente da Assembleia referiu que a questão não estava relacionada com o valor mas com o procedimento. ---- O Membro Dinis Faísca mencionou que não se sentiam incomodados antes pelo contrário pois considerava importante o apoio às Juntas de Freguesia e nomeadamente às festas de Santo António, sobre o que já tinha colaborado com o Presidente de Junta de Freguesia, José Mateus, ou o oposto, dependendo da perspetiva pois tratando-se de uma festa religiosa não era assim tão evidente. Não era o apoio que estava em causa mas o procedimento que devia de ter sido seguido que, de acordo com a Lei, deveria ter sido apresentado antes de ser cedido. ----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor e um voto contra. ----O Presidente da Câmara disse que tinha registado a intervenção do Membro Dinis Faísca e que não voltariam a apresentar qualquer proposta daquele género até ao final do mandato. ----O Presidente da Assembleia passou ao ponto número oito sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 115/2016/CM, referente à atribuição de apoios às freguesias do concelho no âmbito das festas tradicionais de verão 2016.\_\_\_\_\_ ----O Presidente da Câmara disse que se tratava de uma proposta simples. Tradicionalmente a Câmara atribuía catorze mil euros à Junta de Freguesia de Santa Luzia e quinze mil euros à Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira para as festas tradicionais de verão. No corrente ano também iriam atribuir apoios às outras freguesias à exceção de Cachopo que seria tratada noutro âmbito e provavelmente noutra oportunidade. Assim, consideravam justa a atribuição de apoios às outras Juntas de Freguesia. ----Colocada à votação pelo Presidente da Assembleia foi a mesma aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_\_\_ ----Dando seguimento à ordem de trabalhos referiu o ponto número nove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 118/2016/CM, referente à alienação da participação na Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Tava a

👉 🗝 O Presidente da Câmara explicou que pretendiam isolar o Municipio de Tavira de qualquer alvo dé perturbação de outras entidades em que não partilhavam a gestão ou os objetivos, sendo que também não pretendiam partilhar as dividas que eventualmente pudessem surgir, como já tinha referido anteriormente, e que já tinha acontecido por duas vezes, uma vez cerca de seis mil euros e outra também alguns milhares que consolidavam nas contas da Câmara e que contribuíam para a capacidade de endividamento, pelo que pretendiam saber claramente o que faziam e ir acompanhando. Como os membros sabiam já existia uma decisão sobre aquela questão que já ali tinha sido apresentada. Tinham tentado vender a participação social, obviamente que pelo valor nominal das ações mas verificava-se que muitas Câmaras estavam na mesma posição da Câmara de Tavira pretendendo também elas alienar a sua participação na Municípia. ----Devido ao facto de existirem muitas Câmaras a tentar alienar as suas posições inicialmente tinha-se verificado um sistema de trocas, que uns pretendiam outros não, sendo que presentemente já não era possível vender. Devido à forte pressão a Municípia tinha decidido efetuar uma proposta no sentido de adquirir todas as ações pelo valor de um cêntimo cada. Tinham considerado que era uma boa proposta dentro da linha metódica de que pretendiam deixar de ter participação pelos motivos já indicados. No tempo do anterior Presidente de Câmara tinham adquirido aquela participação pelo montante de vinte e cinco mil euros. Obviamente que teriam um resultado de perdas no imobilizado da Câmara de vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta euros pois o valor da venda era de cinquenta euros, mas continuavam a considerar que se tratava de um bom negócio em termos de futuro pelo que pediam a aprovação daquela proposta que tinha sido aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara. ----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. ----Passou ao ponto número onze sobre à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 122/2016/CM, referente ao concurso público para a concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento de duração limitada da cidade de Tavira. ----O Presidente da Câmara explicou que com aquela proposta pretendiam ser consequentes. Tratava-se de uma proposta que devia de ter sido apresentada na sessão da Assembleia Municipal anterior mas que devido à nova legislação o caderno de encargos tinha tido que ser corrigido o que não tinha sido possível elaborar em tempo. ----Na prática tratava-se da autorização para que a Câmara Municipal pudesse abrir o concurso para a concessão dos estacionamentos tarifados de acordo com a proposta constante no regulamento de trânsito aprovado na Assembleia Municipal anterior. A proposta para os parquímetros contemplava menos noventa e um lugares de estacionamento tarifado e obviamente que incidia na baixa de Tavira acrescentando três ruas, o Largo das Sete Ruas, a Rua 25 de Abril e a Praceta Florbela Espanca, sendo reduzidos nas ruas Almirante Cândido dos Reis, Poeta Emiliano da Costa e Comandante Henrique de Brito. \_\_



----Pretendiam pois abrir o concurso cujo critério de adjudicação era o preço mais alto de modo a obter uma maior rentabilidade para a Câmara sendo certo que não seriam admitidas propostas com pagamento inferior a cinquenta por cento da receita. Tinham verificado os resultados de outras Câmaras, nomeadamente o resultado recente da Câmara Municipal de Faro em que o valor do caderno de encargos, muito similar ao de Tavira, atingia os setenta, setenta e dois por cento da receita para a Câmara com as despesas por parte da concessionária. ----O Presidente da Câmara concluiu dizendo que veriam qual seria o resultado, que tinham acautelado com aquela reserva de modo a que não houvesse um qualquer acordo, tendo aquela limitação, e esperava que dentro de três a quatro meses, devido ao facto do contrato ter que ser apresentado em Tribunal de Contas, pudessem já ter os parquímetros a funcionar o que pretendiam acontecesse o mais rapidamente possível. ----O Membro Luís Silva disse que não pretendia criticar o caderno de encargos ou o número de estacionamentos, se eram muitos ou poucos. A Câmara Municipal tinha resolvido o contrato com a empresa anterior, já não se recordava por que razão, mas pensava que era a empresa que não entregava a verba que a Câmara tinha direito, quarenta por cento, sendo que até àquele mesmo dia a Câmara tinha experimentado explorar diretamente estando as pessoas a pagar com os equipamentos existentes. A questão que colocava e sendo verdade que os equipamentos não deviam de ser fáceis de adquirir, se as empresas que ganhavam as concessões, aqueles concursos, conseguiam adquirir os equipamentos, também a Câmara os poderia adquirir. Certamente que podiam alegar que não dispunham de pessoal capacitado e que não tinham estruturas para conseguirem resolver a questão tirando proveito, preferindo assim receber cinquenta por cento da receita e considerando um bom negócio. Ele colocava o problema ao contrário, se o concurso ia ao mercado e perante uma universalidade de pessoas interessadas que certamente sabiam muito bem fazer contas, ou ganhavam ou não ganhavam, ou o concurso ficava deserto ou a Câmara prejudicada. \_\_ ----Para concluir disse que iria votar contra pois não concordavam que as Câmaras entregassem aquele tipo de serviços a privados. ---- O Membro Artur Sanina referiu que considerava que no momento se estava a tentar salvaguardar em caderno de encargos que a Câmara não ficasse prejudicada, pelo que, se não estava errado atingiria o valor de setenta por cento. A questão que colocava era se existiam alternativas, bolsas de estacionamento para as pessoas que não pretendessem utilizar as zonas concessionadas, se aquela situação estava salvaguardada, ou se as pessoas em Tavira não tinham alternativa senão pagar ----Acrescentou que relativamente ao contrato esperava que a Câmara salvaguardasse a sua situação para que não se verificasse um cenário semelhante ao causado pela anterior empresa.



---- A Membro Muriel Dias referiu que ainda que lhe custasse dizê-lo, tinha que felicitar o Executivo pelo lançamento daquele concurso porque a situação dos estacionamentos estava caótica, as máquinas não funcionavam, entre outras. Assim tinha que felicitar por o concurso estar finalmente iniciado. \_ ---- O Presidente da Câmara referiu que aquele concurso estava previsto há muito tempo, contudo nem sempre era fácil na medida em que não tinham encomendado a elaboração do caderno de encargos pois todos os cadernos de encargos e procedimentos eram elaborados pelo quadro técnico da Câmara que, presentemente se encontrava muito sobrecarregado com vários procedimentos em simultâneo. Eram sempre os mesmos a elaborá-los sendo que nem sempre era fácil gerir a criação de cadernos de encargos para lançamento em plataforma de todas as intervenções que os membros acompanhavam e que eram bastantes. ----Agradeceu as felicitações e referiu que era com convicção que tinham lançado o contrato de concessão dos parquímetros que consideravam ser um bom negócio para a Câmara. Tinham salvaguardado os cinquenta por cento porque não pretendiam receber um valor mais baixo embora considerassem que o valor seria superior, mas obviamente que o concurso estava a realizar-se e as empresas que estavam no mercado eram experts e tinham um padrão para aqueles negócios que já sabiam aproximadamente qual seria. Obviamente que tinham que possuir as propostas e pensavam que iriam realizar um bom negócio para a Câmara sendo mais amigos das pessoas até porque, de facto, não estava fácil. Apenas tinham mantido os parquímetros em funcionamento nos moldes em que se encontravam para evitarem que algumas pessoas estacionassem a partir das oito da manhã toda a baixa da cidade. Que os membros acreditassem que não fora aquela questão tinham abandonado os paquímetros, o que seria muito mais fácil para a Câmara. ----Sabiam que as máquinas avariavam, principalmente as verdes. Tinham uma funcionária que por vezes acompanhada pela Policia procedia à recolha das moedas transportando-as diretamente para a Tesouraria cujo saco era transportado pelo Policia e na Tesouraria era contada aquela enorme quantidade de moedas. Tratava-se de um trabalho difícil tendo havido a necessidade de contratar um serviço de segurança para a recolha das moedas já que os sacos eram bastante pesados. ----Relativamente às multas nunca tinham recebido o montante das mesmas que pertencia à PSP -Policia de Segurança Publica sendo cada auto trinta euros. Em Faro o regime era diferente e também já existiam algumas notas sobre cobrança de multas por parte das concessionárias que apesar de emitidas pelo Tribunal ainda não tinham força legal. \_\_\_ ----Quanto à bolsa de estacionamento mencionada pelo Membro Artur Sanina, claramente que existiam bolsas de estacionamento livre, como por exemplo a trezentos metros do centro da cidade, um parque de terra batida junto ao Mercado Municipal, um parque junto ao Centro Coordenador de Transportes, toda a zona da Bela Fria não era tarifada e o Parque Verde do Séqua que também possuía bastantes lugares. Certamente que era necessário andar um bocado pois na zona histórica, centro, baixa da cidade, tinha que ser concessionada até para evitar que houvesse quem estacionasse ali o dia inteiro,





todos os dias. Assim toda a área de serviços que até pretendiam se localizasse no centro de modo a aproximar mais as pessoas do centro da cidade, tinha que ter uma alta rotação necessitando por isso de ser tarifada. Tinha alguma experiência naquela questão pois sabia que os proprietários dos espaços comerciais, muitas vezes morando perto dos mesmos, levavam os seus veículos para junto dos estabelecimentos e depois queixavam-se que não tinham movimento. Assim, consideravam que tinham que ter um regime e, que não existissem dúvidas de que os parquímetros constituíam uma boa decisão que, seguramente, iriam obter a receita adequada para amortizar ao longo dos anos porque a empresa teria um determinado número de anos de contrato já que se tratava de um investimento avultado em máquinas, software, requisitos legais, alterações, manutenção, pessoal técnico e de segurança que representavam custos. Tratando-se de uma empresa especializada o que pretendiam, e estava acautelado, era que a contabilidade da Câmara soubesse quanto era recolhido de cada máquina o que nas máquinas atuais não era possível saber. ----O Presidente da Câmara continuou dizendo que na prática a empresa que detinha os parquímetros atuais entregava o que entendia porque a Câmara não tinha forma de controlar sendo que tinham pretendido terminar com aquela situação que tinha levado a que a empresa tivesse ficado em divida para com a Câmara que, por isso tinha podido rescindir, com justa causa, o contrato seis anos antes do seu término. Se a empresa pretendesse poderia concorrer, poderia fazê-lo, mas a Câmara estava livre para fazer o que entendesse, que pensava que seria um bom negócio. ----Quanto à questão do Membro Luís Silva não tinha comentários a fazer pois era uma opção de cada qual, sendo que obviamente compreendia a posição, mas não a subscrevia. ----O Membro João Carvalho disse que relativamente ao concurso dos parquímetros esperava, para bem de todos, que não fosse a empresa Neopul - Sociedade de Estudos e Construções, S.A. que ganhasse o concurso porque no que se referia à passagem de nível já decorriam dois anos. ----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção. ----Passou ao décimo segundo ponto da ordem de trabalhos sobre apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 123/2016/CM, referente à proposta de alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional na Malhada do Nobre de Cima – Santa Catarina da Fonte do Bispo. ----O Presidente da Câmara disse que basicamente se tratava de uma casa de habitação, um alojamento de Turismo Rural/Local que pretendia construir uma piscina. Aquela habitação já existia há muito, sendo que a equipa técnica coordenada pelo Vereador João Pedro Rodrigues tinha tido reuniões prévias com a APA - Agência Portuguesa de Ambiente, IP e com a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional para aferirem da viabilidade da componente daquele processo. Era possível viabilizar aquela construção com uma alteração simplificada da REN – Rede Ecológica Nacional e, como a Câmara pretendia ajudar por considerar que o reforço daquele equipamento com piscina era





importante para a Malhada de Nobre, propunham a alteração simplificada da REN por considerarem que sendo possível deviam de auxiliar os empresários e aquela alteração nada incomodava. ---- O Membro Luís Silva disse que tinha estudado os documentos e parecia-lhe que ali existia "jogo". Oito camas eram quatro quartos de duas camas cada um. Quanto à questão do declive ou diferença de quota parecia-lhe que não estava assim tão claro sendo que até existia um relatório que tinha lido que referia que o parecer técnico já tinha sido indeferido numa outra ocasião em que tinha sido solicitado pelo mesmo requerente. Desconhecia se o Presidente da Câmara dispunha de elementos mas parecialhe que se tratava de uma habitação particular que pretendia ter uma piscina, sobre o que nada tinha contra, mas se não podia não devia de ser construída. Se a Assembleia assim o entendesse podia aprovar a proposta mas, quanto a ele, votaria contra. ---- O Membro Artur Sanina disse que considerava difícil estar a analisar aquela questão mas existia ali um ponto que referia que a REN em vigor no Concelho de Tavira, aprovada em Conselho de Ministros, considerava que aquela área se encontrava impressa na tipologia de leitos de curso de água e de zonas ameaçadas de cheia, pelo que ao verificarem a proposta questionavam-se se aquela situação estava salvaguardada, tratando-se de uma zona que tinha perigo de cheias, de leitos e cursos de água, se estavam salvaguardadas aquelas questões no projeto. 🔃 ----O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que explicasse que a habitação se localizava a quinze metros de altura pois parecia que isso não tinha sido lido. \_\_\_\_ ----O Presidente da Câmara disse que obviamente que defendiam o ambiente e todo o território. Estavam a deliberar sobre uma proposta que tinham solicitado às entidades competentes por forma a puderem efetuar uma revisão pontual da REN, e cujo processo já tinha sido avaliado pelas autoridades externas que superintendiam no território da REN. O que estavam a propor era a abertura de uma revisão simplificada da REN para um determinado pressuposto e essa alteração, o projeto, seria avaliado tanto pela CCDR como pela APA que verificariam se seria ou não possível. Não tinham aprovado qualquer processo urbanístico, pois de modo algum cometeriam uma ilegalidade urbanística. ----Desconhecia qual era a casa, nunca lá tinha ido tendo sido informado que se tratava de Turismo Rural pelo que não tinha o conhecimento profundo do Membro Luís Silva que devia de conhecer o local. O que sabia era que se tratava de uma habitação localizada na Malhada de Nobre para o que já tinham havido contatos prévios com a CCDR e APA e sobre o que tinha questionado tecnicamente a Chefe de Divisão do Planeamento, arquiteta Ana Gago, quanto ao ponto de situação do processo que lhe tinha repetido o que ali tinha estado a informar. ----Passava a palavra ao Vereador João Pedro Rodrigues para que explicasse o projeto. ----O Vereador João Pedro Rodrigues disse que se tratava de um pedido formulado pelo proprietário do Turismo Rural que se situava na margem da ribeira que se unia ao Rio Gilão, seguindo pela Asseca, a Ribeira do Alportel que passava por Várzeas do Vinagre, e a carta da REN do concelho de Tavira elaborada em mil, novecentos e noventa e sete, nessa altura com muito menor tecnologia, referia que



não era possível construir até vinte metros para cada lado das ribeiras, o referido leito de cheia. Quanto àquela habitação o que se verificava era que estava localizada a menos de vinte metros da ribeira mas a quinze metros de altura da mesma estando atestado oficiosamente pela APA, não se tratando apenas um parecer junto à documentação, que aquela localização particular por se encontrar àquela altura/ nunca iria ter problemas de cheias, sendo o motivo pelo qual quer a CCDR quer a APA tinham emitido parecer favorável, numa fase ainda oficiosa de consulta informal formulada pelo requerente e pelo Municipio. ----Quando o requerente tinha procedido à entrega da solicitação esta já era acompanhada dos pareceres da APA e CCDR sendo aquele o motivo pelo qual a Câmara também nada tinha a opor, estando até presentemente a proceder à revisão da carta da REN no âmbito da revisão do PDM - Plano Diretor Municipal que, possivelmente, com a tecnologia atual, bastante diferente, não diria que aquela zona ficasse excluída da REN, mas desconhecia. ----Aquele era o pedido que o proprietário da habitação de Turismo Rural tinha apresentado e o Municipio tinha que deliberar a alteração da REN para que a CCDR pudesse aprovar todos os pareceres técnicos. ----O Membro Carlos Sousa referiu que conhecia bem aquela zona que tinha uma ruina com, provavelmente mais de cem anos, e que tinha sido recuperada para Turismo Rural. Não se tratava de uma habitação nova mas já com muitos anos e realmente, como tinha sido dito, localizava-se provavelmente até a mais de quinze metros de altura do fundo da ribeira. Como se tratava de um Turismo Rural e estando tão distante da praia, fazia todo o sentido que o proprietário pretendesse possuir ali uma piscina que possivelmente até seria pequena. ---- O Vereador João Pedro Rodrigues acrescentou que apenas após aquela alteração da REN é que o processo de licenciamento ou legalização da piscina seria apresentado à Câmara. Presentemente, como tinham iniciado a construção da piscina, tinha-lhes sido levantado Auto de Noticia e Contraordenação. ----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção. ----Para terminar a ordem de trabalhos, passavam ao ponto número treze que se referia ao ponto que tinha sido aditado. Tratava-se da apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 127/2016/CM, referente à cedência de imóvel, propriedade do Município, à Freguesia de Cachopo, em regime de comodato. ----O Presidente referiu que pensava que todos os membros conheciam um imóvel em Cachopo, propriedade do Municipio, que era uma casa senhorial localizada numa rua interior, onde funcionava o CATIM - Centro de Apoio Técnico à Indústria do Mel. Há algum tempo atrás a Presidente da Junta de Freguesia tinha-se predisposto a recuperar o imóvel, obviamente com o auxílio do Municipio, pois pretendia poder ali alojar duas famílias em sistema de apoio à habitação. Assim, o imóvel localizava-se no centro histórico consolidado de Cachopo e a Câmara tinha considerado muito boa ideja que a Junta



de Freguesia pudesse recuperar o imóvel através de um contrato comodato. O CATIMejá não existia e o'
imóvel estava a degradar-se encontrando-se em muito mau estado de conservação e para o que já tinha
sido formalizada a posse administrativa.
Aquele documento iria permitir investir no património municipal cedido em comodato à Junta de
Freguesia, representando um acordo de vontades que lhe parecia ser peça única porque considerava
que alguns equipamentos localizados nas freguesias podiam e deviam de ser cedidos, sendo que aquela
seria a primeira peça que, seguramente, não seria única
O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade
Informou que, devendo já tê-lo efetuado em outras assembleias, tinham que proceder à substituição
de um cidadão que integrava o Conselho Municipal de Segurança devido ao infeliz desaparecimento de
Vitor Faleiro. Tratava-se de um cidadão ligado à bancada do PSD pelo que a mesma bancada propunha o
nome de Leonardo Martins para integrar o referido conselho. Não se tratava propriamente de uma
proposta mas antes uma comunicação aceite pela mesa da Assembleia pois não via necessidade de
estarem a eleger o cidadão e, visto que na semana seguinte, se ir realizar uma reunião do referido
conselho, solicitava a Leonardo Martins que a integrasse
O Presidente da Câmara questionou quanto à necessidade de ter que ser efetuada uma eleição, que
considerava necessária, para que o processo ficasse formalmente correto.
O Presidente da Assembleia referiu que a ideia passava pela substituição.
O Presidente da Câmara mencionou que se a Lei dissesse que seriam representantes da Assembleia
Municipal devidamente eleitos, por morte, tinha que ser efetuada nova eleição. Sugeria que no caso de
não haver legislação ali disponível o assunto fosse tratado em próxima Assembleia
O Presidente da Assembleia concordou e explicou que aquele devia de ser um ponto que integrasse a
ordem de trabalhos que, não estando agendado, a sua proposta iria nesse sentido, pois como tinha
começado por referir aquela questão deveria de ter sido apresentada anteriormente.
O Membro José Graça disse que pensava não existir qualquer problema que, não se verificando
oposição por parte de qualquer membro da Assembleia Municipal, aquele ponto podia ser acrescentado
à ordem de trabalhos independentemente de ter sido ou não, sugerido no período antes da ordem do
dia. Tratando-se de uma proposta apresentada pela Mesa, propunha aos coordenadores dos restantes
grupos para que efetuassem a eleição nos termos regulamentares através de voto secreto, visto tratar-
se de um cidadão, caso não se verificasse impedimento por parte de ninguém.
O Presidente da Assembleia colocou a questão à consideração das bancadas. Verificando que
ninguém tinha algo a opor, admitia que todos estariam de acordo com a proposta, pelo que passariam
formalmente à votação para o que iria ser entregue um papel onde os membros colocariam "sim" ou
"não" relativamente à proposta do cidadão Leonardo António Gonçalves Martins para integrar o
Conselho Municipal de Segurança.



O cidadão Leonardo António Gonçalves Martins foi eleito para integrar o Conselho Municipal de so
Segurança por maioria com vinte e seis votos a favor e um voto em branco.
Após a leitura das minutas, o Presidente da Assembleia colocou as mesmas a votação que foram
todas aprovadas por unanimidade
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão
pelas vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e
aprovada vai ser assinada

A MESA DA ASSEMBLEIA,

José Otílio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

Maria Helena Correia Bartolomeu Silva







## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

## **VOTO DE PESAR**

Recentemente distinguido pelo Ministério da Saúde e homenageado por esta Assembleia Municipal, o distinto médico tavirense Jorge Augusto Correia faleceu no dia 3 de maio de 2016, aos 98 anos de idade.

Em vida, viu a sua obra e carreira reconhecidas pelas mais diversas instituições, ficando o seu nome perpetuado na toponímia da cidade, desde 1993, ou na designação oficial da Escola Secundária com 3º. Ciclo de Ensino Básico da nossa cidade.

Em 1999, o Município de Tavira atribuiu-lhe Medalha Municipal de Mérito — Grau Ouro, somando-se este ano a Medalha de Ouro do Ministério da Saúde no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Saúde.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 21 de junho de 2016, delibera:

- 1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Augusto Correia;
- 2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada, ao Agrupamento de Centros de Saúde do Sotavento e à direção da Escola Secundária com 3º. Ciclo de Ensino Básico, Dr. Jorge Augusto Correia, apresentandolhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.



Nos termos do nº 3 do artº 34 do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao DL nº 4/2015 de 07 de janeiro, votaram a ata da Assembleia Municipal de 21-06-2016 os seguintes membros:

Nomes	Formação partidaria	Presenças
Angelo Filipe Silva Pereira	PS	
Artur António Guerreiro Sanina	BE	
Carlos Alberto Pires Rodrigues	Independente	
Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
Cristela da Cruz Pereira Martins	MT	
Dinis Manuel da Palma Faísca	MT	
Joaquim José Brandão Pires	PS	
João Afonso Cunha Rego de Carvalho	MT	.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
João Eduardo da Silva Trindade	MT	
João Manuel Fonseca Martins	PS	
José Alberto Godinho Correia	PS	
José Efipânio Martins da Graça	PS	
José Liberto da Conceição Graça	PS	
José Mateus Domingos Costa	PS	
José Otilio Pires Baia	PS	
Leonardo António Gonçalves Martins	MT	
Luis Nunes Ferreira da Silva	CDU	
Maria Helena Correia Bartolomeu Silva	MT	
Maria João Teixeira Dias Anjos	PS	
Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso	MT	
Muriel Cristina Dias	MT	
Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
Ricardina Pereira Alcaíde Jesus	PS	
Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	